



Município de Penafiel
Relatório de Gestão
2014

ÍNDICE GERAL

I. Introdução	3
2. Organização Municipal	
2.1 Estrutura Política	
2.1.1 Câmara Municipal.....	4
2.1.2 Assembleia Municipal.....	4
2.2 Estrutura Organizativa	7
3 Recursos Humanos.....	7
4 Relatório Financeiro	
4.1 Análise Patrimonial	
4.1.1 Balanço Sintético	9
4.1.2 Estrutura dos Activos.....	9
4.1.3 Estrutura do Passivo	10
4.1.4 Estrutura dos Fundos Próprios	10
4.1.5 Evolução da situação das contas de terceiros.....	10
4.1.6 Demonstração de Resultados por Natureza	11
4.2 Análise Orçamental	
4.2.1 Evolução da Receita.....	13
4.2.2 Evolução da Despesa	17
4.2.3 Plano Plurianual de Investimentos	20
5 Participações e o Sector Empresarial Local.....	21
6 Endividamento Municipal	
6.1 Novo Conceito	22
6.2 Limite da Dívida Total.....	23
6.3 Prazo Médio de Pagamentos.....	24
7 Proposta de Aplicação de Resultados	24
8 Indicadores e Rácios	
8.1 Equilíbrios Legais.....	24
8.2 Meios Financeiros	25
8.3 Indicadores de Eficácia	25
8.4 Rácios Financeiros.....	26
Anexos.....	27

I. Introdução

O regime contabilístico legalmente aplicável à atividade autárquica determina a elaboração dos documentos de prestação de contas, dos quais deve fazer parte integrante o relatório de gestão.

O presente relatório foi elaborado em harmonia com o estipulado no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro e em consonância com a alínea e) do nº 2 do artigo 64º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterado pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro, conjugado com a Resolução do Tribunal de Contas nº4/2001- 2ª Secção, que aprovou as Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais.

O Relatório de Gestão deverá ser remetido ao Tribunal de Contas, em conformidade com o n.º 28 do Anexo I – Documentos de Prestação de Contas, da Resolução n.º 6/2013-2ª Secção, do Tribunal de Contas, publicada na II Série do Diário da República, de 21 de novembro de 2013 e, de acordo com a Resolução n.º 27/2009 de 14.12.2009, relativa à Prestação de Contas por via eletrónica.

Dos conteúdos, objeto do Relatório de Gestão, destacam-se os dados relativos aos meios humanos, à situação financeira e patrimonial relevando a execução orçamental através dos quais são disponibilizadas informações sobre a execução das receitas e das despesas previstas no Orçamento de 2014.

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros e gráficos por forma a evidenciar os dados indicados em cada capítulo. Para melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal, são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores.

A organização patrimonial e a evolução entre exercícios são sumariamente descritas no Balanço Sintético, por analogia dos elementos patrimoniais e com respeito pela especialização dos exercícios. O Balanço caracteriza a situação patrimonial da Autarquia e compreende distintos agregados patrimoniais: o Activo, o Passivo e os Fundos Próprios.

No Activo são reconhecidos os bens e direitos do Município, abrangendo os acréscimos de proveitos e custos diferidos; no Passivo são identificadas as obrigações e responsabilidades perante terceiros, incluindo os acréscimos de custos e proveitos diferidos. Os Fundos Próprios representam o Património da Autarquia e abarcam o Património inicial, à data da elaboração do primeiro Balanço, acrescentado do Património adquirido através da actividade posterior, i.e., pelos Resultados Líquidos gerados.

Em matéria de reporte financeiro das contas consolidadas, importa referir que o mesmo será efetuado em documento individualizado, intitulado “Prestação de Contas Consolidadas – Relatório de Gestão”, considerando o regime financeiro das autarquias locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), que estabelece no seu artigo 76.º, n.º 2, que os referidos documentos são elaborados e aprovados pelo órgão executivo e submetidos a apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquela a que respeitam.

O mencionado preceito legal é desde já aplicável à prestação de contas consolidadas do exercício de 2014, razão por que se individualizou o respetivo documento de reporte, sem prejuízo de o mesmo poder ser aprovado conjuntamente com a Prestação de Contas Individuais.

2. Organização Municipal

2.1 Estrutura Política

2.1.1 Câmara Municipal

Presidente

Antonino Aurélio Vieira de Sousa (Eleito pela Coligação PSD/CDS-PP).
Pelouros: Coordenação Geral; Gestão Financeira; Família e Inclusão Social; Relação com as Freguesias; Obras Municipais e Planeamento e Ordenamento do Território.

Vereadores com Pelouros atribuídos

Alberto Clemente de Melo e Sousa (Eleito pela Coligação PSD/CDS-PP)
Pelouros: Desporto; Empreendedorismo e Parques Empresariais; Administração Geral e Assuntos Jurídicos; Serviços Gerais, Oficinas e Transportes.

Susana Paula Barbosa de Oliveira (Eleito pela Coligação PSD/CDS-PP)
Pelouros: Cultura; Sustentabilidade Ambiental; Gestão de Informação, Modernização Administrativa e Gestão da Qualidade; Cooperação Externa e Geminações; Desenvolvimento Rural; Cidadania, Saúde e Defesa do Consumidor; Juventude e Tempos Livres.

Adolfo Amílcar Moreno (Eleito pela Coligação PSD/CDS-PP)
Pelouros: Gestão Urbanística, Informação Geográfica e Cartografia; Fiscalização Municipal; Turismo e Relações com a Galiza; Actividades Económicas; Etnografia, Artesanato e Produtos Locais.

Rodrigo dos Santos Lopes (Eleito pela Coligação PSD/CDS-PP)
Pelouros: Educação; Recursos Humanos; Protecção Civil e Defesa da Floresta.

Vereadores sem Pelouros atribuídos

André Manuel Loureiro Correia Ferreira (Eleito pelo PS)
Fernando Augusto Pacheco Malheiro (Eleito pelo PS)
Ana Cristina de Castro Alves (Eleito pelo PS)
Manuel Fernando Lopes da Silva (Eleito pelo PS)

2.1.2 Assembleia Municipal

Presidente

Alberto Fernando da Silva Santos (Eleito pela Coligação PSD/CDS-PP)

Os restantes membros directamente eleitos, encontram-se distribuídos por partido e/ou grupo municipal, da seguinte forma:

Coligação "Penafiel Quer" - PSD/CDS-PP:
António Carlos Sousa Pinto
Sofia Manuela Moreira Leal
Belmiro Barbosa Pereira
António José Moreira Pinto Freire de Oliveira
Hermínia Maria Ferreira Magalhães
José da Silva Rodrigues
Ricardo Jorge Teixeira Duarte
Helena Isabel da Silva Rocha
Pedro Norberto Pinto de Carvalho
Joaquim Luís da Rocha e Silva

Daniela Marisa da Rocha Oliveira
António José da Cruz Pereira Magalhães
João Filipe Coelho Pereira
Alexandra Sofia Bernardo Almeida
Rui António dos Reis Lopes

PS:

Filomena Maria Sousa Martins Pereira Rodrigues
Nuno Miguel da Costa Araújo
António José de Sousa Pinto
Maria Balbina Soares Melo Rocha
João Carlos Baptista do Couto Barbosa
Agostinho Moreira Gonçalves
Mafalda Sofia Dias Martins Duarte
Vitor Jorge Carvalho Soares
António Marco da Silva Ferreira
Susana Andreia Gomes Vieira
Luís Alexandre Igreja Guimarães
José Manuel Salgueiro Macedo

PCP-PEV:

António de Jesus Ferreira

Presidentes de Junta de Freguesia

Abragão

José Manuel Ferreira de Sousa - Coligação Penafiel Quer - PPD-PSD/CDS-PP

Boelhe

Artur Inácio da Rocha Teixeira - Coligação Penafiel Quer - PPD-PSD/CDS-PP

Bustelo

Rui Manuel Ferreira Barbosa - Coligação Penafiel Quer - PPD-PSD/CDS-PP

Cabeça Santa

Sérgio Manuel Ferreira Barbosa - PS

Canelas

Adão de Freitas Vieira - Coligação Penafiel Quer - PPD-PSD/CDS-PP

Capela

Manuel Augusto da Silva Alves - PS

Castelões

Pedro António Duarte Teixeira - Coligação Penafiel Quer - PPD-PSD/CDS-PP

Croca

António Fernando Ramos Libano - PS

Duas Igrejas

João Paulo Mendes de Oliveira - Juntos por Duas Igrejas

Eja

António Manuel Guedes da Cunha - MIME - Movimento Independente Mais Eja

Fonte Arcada

Paulo Jorge da Rocha Coelho Ferreira - Coligação Penafiel Quer - PPD-PSD/CDS-PP

Galegos

António Gaspar Ferreira Dias - Coligação Penafiel Quer - PPD-PSD/CDS-PP

Guilhufe e Urrô

Vitorino de Oliveira - Dar as Mãos por Guilhufe-Urrô

Irivo

José Miguel de Sousa Fernandes - Coligação Penafiel Quer - PPD-PSD/CDS-PP

Lagares e Figueira

Antonino Carvalho Figueiredo - Coligação Penafiel Quer - PPD-PSD/CDS-PP

Luzim e Vila Cova

Margarida Augusta Meireles Pereira Nunes - Coligação Penafiel Quer - PPD-PSD/CDS-PP

Oldrões

Manuel Paulo Moreira de Oliveira - Coligação Penafiel Quer - PPD-PSD/CDS-PP

Paço de Sousa

Arlindo Coelho de Sousa - PS

Penafiel

Micael Carlos Pereira Nogueira Cardoso - PS

Peroselo

Manuel António Soares Moreira - Coligação Penafiel Quer - PPD-PSD/CDS-PP

Rans

Orlando Moreira Luís - Unidos por Rans - Movimento de Cidadãos Independentes

São Mamede de Recesinhos

Alexandra Liliana da Silva Sousa - PS

São Martinho de Recesinhos

Eduardo Fernando Ribeiro da Silva - SMS - São Martinho Sempre

Rio Mau

Manuel Soares da Silva - PS

Rio de Moinhos

Henrique Manuel Azevedo Martins - Coligação Penafiel Quer - PPD-PSD/CDS-PP

Sebolido

Maria do Carmo Filipe - PS

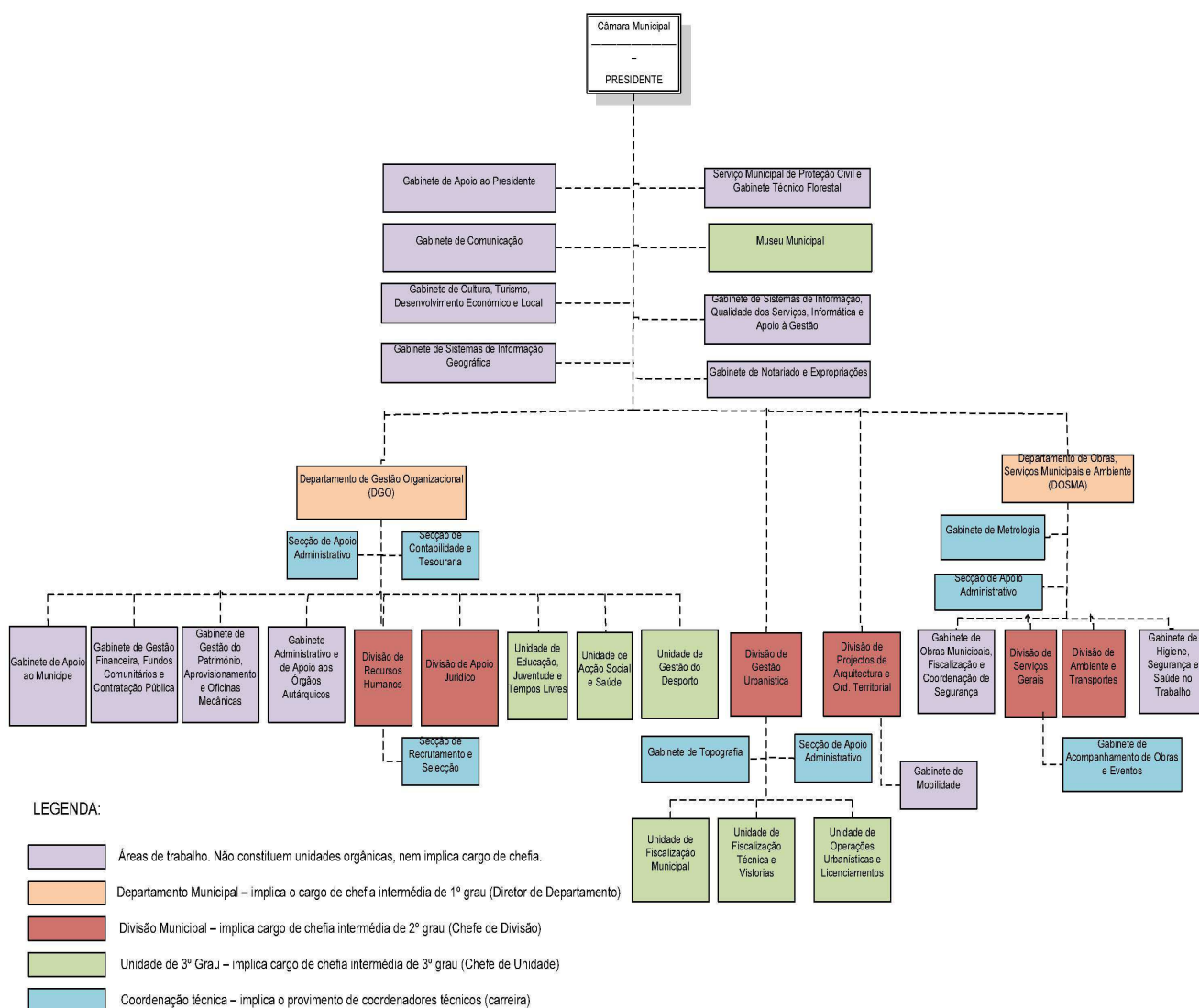
Termas de S.Vicente

José Barbosa Soares - Coligação Penafiel Quer - PPD-PSD/CDS-PP

Valpedre

Joaquim Manuel Sousa dos Santos - Coligação Penafiel Quer - PPD-PSD/CDS-PP

2.2 Estrutura Organizativa



3. Recursos Humanos

Durante o ano de 2014, a Câmara Municipal de Penafiel prosseguiu, em linha com a metodologia seguida nos anos anteriores e no que concerne às matérias relacionadas com Recursos Humanos, uma gestão dentro dos princípios de equilíbrio e da racionalidade, observando como uma das principais condicionantes a situação económica geral do país, bem como a produção de matéria legislativa que se veio revelar fortemente restritiva no tocante a novas admissões e progressões na Administração Pública, de que são principais exemplos as normas vertidas na Lei de Orçamento de Estado para 2014, publicado através da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro, impostas pela execução, designadamente, dos artºs 62º e 64º, entre várias outras.

Gestão dos Recursos Humanos na C.M. de Penafiel em 2014

No tocante às movimentações do Mapa de Pessoal da autarquia verificou-se a abertura de procedimento concursal para a admissão de:

Contrato a termo resolutivo certo, a tempo parcial

94 Professores para o exercício de Actividade de Enriquecimento Curricular (AEC's), sendo 30 para leccionar Inglês, 34 para leccionar a Actividade Física e Desportiva e 30 para o Ensino da Música e/ou expressão Musical, com horários de 06 horas, com vista ao ano lectivo de 2014/2015.

Relativamente ao movimento de entradas, verificou-se o seguinte durante o ano de 2014:

94 Professores para o exercício de Actividade de Enriquecimento Curricular (AEC's);
12 situações de regresso de Cedência de Interesse Público;
1 Regresso de Mobilidade interna inter-serviços;
4 Regressos de Licença sem Remuneração;
1 Entrada por Mobilidade interna inter-serviços;

Saídas de efectivos

No tocante a saídas de efectivos, registaram-se em 2014 as saídas de um total de 120 trabalhadores pertencentes ao Mapa de Pessoal:

99 por caducidade do contrato;
5 rescisões CTI por mútuo acordo;
12 por aposentação;
1 por licença sem remuneração por um ano;
2 por óbito;
1 Comissão de serviço;.

Verificaram-se, ainda, as seguintes movimentações relativas a licenças sem remuneração, previstas no artº 234º da Lei nº 59/2008, de 11 de Setembro e artº 280º da Lei nº 35/2014, de 20 de Junho.

1 situação de pedido de renovação, por 9 meses,
4 situações de pedido de licença por 11 meses

Mobilidade interna

No âmbito da mobilidade inter-carreiras, verificou-se no ano de 2014, o termo das cinco situações ocorridas no ano de 2013, nos termos da LVCR, aprovada pela lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e suas alterações e pelo prazo nela previsto.

Programa de Rescisões por Mútuo Acordo

Em Dezembro de 2013, o Município de Penafiel aderiu ao Programa de Rescisões por Mútuo Acordo, criado pela Portaria nº 221-A/2013, de 8 de Julho, em virtude de cinco requerimentos apresentados por trabalhadores pertencentes ao Mapa de Pessoal, solicitando a cessação dos seus vínculos, no âmbito do referido programa, tendo a rescisão dos contratos sido consumada em Janeiro e Fevereiro de 2014.

Em Dezembro de 2014 foram apresentados dois requerimento para cessação do vínculo por tempo indeterminado no âmbito da Portaria 209/2014, de 13 de Outubro.

Formação Profissional

Para finalizar e em matéria de formação profissional, como meio e garantia de reforço das competências de trabalho dos trabalhadores ao serviço do município, no ano de 2014 estiveram envolvidos um total 577 funcionários da autarquia, num universo de 70 acções de formação, a que correspondem 1882 horas de formação.

4. Relatório Financeiro

4.1 Análise Patrimonial

4.1.1 Balanço Sintético

A organização patrimonial e a evolução entre exercícios são sumariamente descritas no Balanço Sintético, por analogia dos elementos patrimoniais e com respeito pela especialização dos exercícios.

O Balanço caracteriza a situação patrimonial da Autarquia e compreende distintos agregados patrimoniais: o Activo, o Passivo e os Fundos Próprios.

No Activo são reconhecidos os bens e direitos do Município, abrangendo os acréscimos de proveitos e custos diferidos; no Passivo são identificadas as obrigações e responsabilidades perante terceiros, incluindo os acréscimos de custos e proveitos diferidos. Os Fundos Próprios representam o Património da Autarquia e abarcam o Património inicial, à data da elaboração do primeiro Balanço, acrescentado do Património adquirido através da actividade posterior, i.e., pelos Resultados Líquidos gerados.

4.1.2 Estrutura dos activos

O Activo Líquido da CMP, a 31 de Dezembro de 2014, atingiu os 228,1 milhões de euros (incluídos os Acréscimos e Diferimentos), o que representa um aumento 5,1 milhões de euros (2,34 %), face ao exercício de 2013.

Em seguida far-se-á uma síntese da estrutura dos activos municipais e sua variação face a outros anos.

□ Imobilizado

O crescimento do Imobilizado Líquido, gerado pela incorporação de novo imobilizado, deduzido das respectivas desvalorizações, alienações e abates, resultou, essencialmente, das variações nos Bens de Domínio Público – 3,3 milhões, e no Imobilizado em curso - 1,4 milhões.

Quadro 1 - Imobilizado

Imobilizado	2012	2013	2014	Variação homóloga	
				Valor	%
Bens de Domínio Público	62 497 372,86	67 558 878,81	70 862 308,67	3 303 429,86	4,89%
Imobilizações em Curso	7 247 022,39	3 261 969,15	4 716 927,05	1 454 957,90	44,60%
Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	30 000,00	30 000,00	
Imobilizações Corpóreas	133 572 896,30	139 675 240,48	139 895 522,61	220 282,13	0,16%
Investimentos Financeiros	10 357 331,22	10 414 191,71	10 571 053,21	156 861,50	1,51%
TOTAL	213 674 622,77	220 910 280,15	226 075 811,54	5 165 531,39	2,34%

O incremento do Imobilizado Corpóreo e de Bens do Domínio Público resultou da transferência para as respectivas rubricas de bens anteriormente registados em Imobilizações em Curso.

□ Dívida de Terceiros

As Dívidas de Terceiros, no valor total de 556.372,21€ euros, assinalaram um decréscimo – 610.764,07 euros face ao valor apurado em 2013 - em resultado da diminuição no saldo de “Outros devedores”.

□ Outras Contas do Activo

Face a 2013, as Disponibilidades diminuíram 660.337,53 euros, fixando-se em 1.490.945,59 euros. Do conjunto de Disponibilidades, 864.088,72 euros são Operações de Tesouraria.

4.1.3 Estrutura do Passivo

A 31 de Dezembro de 2014 o Passivo, excluídos Acréscimos e Diferimentos, é de 27,7 milhões de euros, o que equivale a um decréscimo de 5% - na ordem dos 987 mil euros - relativamente ao exercício de 2013.

Quadro 2 – Passivo Municipal

Passivo	2012	2013	2014	Variação	
				Valor	%
Empréstimos - Médios e Longo Prazo	13 687 280,00	14 122 990,94	12 800 838,26	-1 322 152,68	-6,48%
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	15 576 469,68	14 642 429,84	14 977 012,77	334 582,93	2,29%
Total	29 263 749,68	28 765 420,78	27 777 851,03	-987 569,75	-5,08%

Quadro 3 – Acréscimos e diferimentos

Passivo	2012	2013	2014	Variação	
				Valor	%
Acréscimos e Diferimentos	25 678 411,76	31 449 180,33	33 279 768,38	1 830 588,05	29,60%

4.1.4 Estrutura dos fundos próprios

Os Fundos Próprios municipais cifraram-se nos 167 milhões de euros, correspondendo a um incremento de 3 milhões de euros em relação ao valor de 2013.

O Património Líquido da Câmara Municipal de Penafiel, ou Fundos Próprios, que resulta da diferença entre o Activo e o Passivo, cresceu, por via dos Resultados Líquidos, na ordem dos 2,8 milhões de euros.

4.1.5 Evolução da situação das contas de terceiros

O conjunto dos direitos e das dívidas da Edilidade, assim como as rubricas que concorreram para o seu montante, são elementos indispensáveis para a análise da dívida municipal e da sua evolução ao longo dos últimos anos, aspecto fundamental na análise da situação patrimonial.

Quadro 4 – Dívidas de terceiros

Dívidas de Terceiros	2012	2013	2014	Variação	
				Valor	%
Clientes c/c	1 785,82	6 262,32	216 223,50	209 961,18	3352,77%
Utentes c/c	9 631,91	268 689,52	20 175,19	-248 514,33	-92,49%
Contribuintes, c/c	14 044,77	17 003,55	17 412,73	409,18	2,41%
Contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	5 362,75	5 362,75	0,00	-5 362,75	-100,00%
Estado e Outros Entes Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Devedores	2 008 128,54	869 818,14	302 560,79	-567 257,35	-65,22%
Dívidas de terceiros - Curto Prazo	2 038 953,79	1 167 136,28	556 372,21	-610 764,07	-52,33%

Quadro 5 – Dívidas a terceiros

Dívidas a Terceiros	2012	2013	2014	Variação	
				Valor	%
Empréstimos Obtidos	13 687 280,00	14 122 990,94	12 800 838,26	-1 322 152,68	-9,36%
Dívidas a terceiros - MLP	13 687 280,00	14 122 990,94	12 800 838,26	-1 322 152,68	-9,36%
Fornecedores c/c	1 558 048,16	1 772 587,53	2 216 707,12	444 119,59	25,05%
Fornecedores de Imobilizado, c/c	4 388 737,39	5 822 216,29	7 070 741,17	1 248 524,88	21,44%
Estado e Outros Entes Públicos	145 367,58	146 354,04	150 907,40	4 553,36	3,11%
Outros Credores	9 477 722,23	6 894 677,66	5 532 062,76	-1 362 614,90	-19,76%
Credores Operações Não Orçamentais	6 594,32	6 594,32	6 594,32	0,00	0,00%
Dívidas a terceiros - CP	15 576 469,68	14 642 429,84	14 977 012,77	334 582,93	2,29%
Total	29 263 749,68	28 765 420,78	27 777 851,03	-987 569,75	-3,43%

Nas dívidas a Terceiros, o conjunto das obrigações do Município fixou-se em 27,7 milhões. A **redução global da dívida foi de 3,43%**.

4.1.6 Demonstração de resultados por natureza

A Demonstração de Resultados por natureza possibilita uma análise da actividade da CMP numa óptica de custos e proveitos relativamente ao período em análise, evidenciando-os de modo a facultar uma avaliação do valor e da forma como foi originado o resultado do exercício económico. A óptica de custos e proveitos por natureza possibilita a apresentação sistematizada daqueles valores em Resultados Operacionais, Financeiros e Extraordinários.

Quadro 6 – Resultados operacionais

Resultados Operacionais	2012	2013	2014	Variação	
				Valor	%
Custo merc. vend. e mat. consum.	388 685,47	673 584,41	806 939,75	133 355,34	19,80%
Fornecimentos e serviços externos	7 484 600,22	7 739 925,87	8 706 111,78	966 185,91	12,48%
Remunerações	8 595 958,37	8 417 661,41	9 193 975,00	776 313,59	9,22%
Encargos sociais	1 790 547,51	2 014 133,81	2 226 874,41	212 740,60	10,56%
Transf.,subs. corr. conc., prest. soc.	2 358 016,51	2 516 630,82	2 036 923,10	-479 707,72	-19,06%
Amortizações do exercício	5 091 461,35	5 596 564,15	5 713 740,81	117 176,66	2,09%
Provisões	21 939,96	0,00	0,00	0,00	
Outros custos e perdas operacionais	13 308,35	9 609,61	14 644,31	5 034,70	52,39%
Total dos Custos	25 744 517,74	26 968 110,08	28 699 209,16	1 731 099,08	6,42%
Vendas de mercadorias	351,53	62,50	23 786,25	23 723,75	37958,00%
Vendas de produtos	0,00	0,00	-5 362,75	-5 362,75	
Prestações de serviços	1 781 917,63	1 820 560,66	2 472 047,19	651 486,53	35,78%
Impostos e taxas	8 761 027,87	8 423 395,74	8 840 201,17	416 805,43	4,95%
Proveitos suplementares	20 540,34	0,00	0,00	0,00	
Transferências e subsídios obtidos	18 015 968,98	17 976 717,04	18 741 313,26	764 596,22	4,25%
Total dos Proveitos	28 579 806,35	28 220 735,94	30 071 985,12	1 851 249,18	6,56%
Resultados Operacionais	2 835 288,61	1 252 625,86	1 372 775,96	120 150,10	9,59%

Quadro 7 – Resultados financeiros

Resultados Financeiros	2012	2013	2014	Variação	
				Valor	%
Juros suportados	447 431,93	326 804,95	267 001,58	-59 803,37	-18,30%
Amortização Investimentos Imóveis	0,00	51 804,51	51 804,50	-0,01	0,00%
Outros Custos e Perdas Financeiras	0,00	0,00	3 218,74		
Total Custos e Perdas	447 431,93	378 609,46	322 024,82	-56 584,64	-14,95%
Juros obtidos	11 064,84	1 093,13	13 296,20	12 203,07	1116,34%
Rendimentos de Imóveis	1 456 659,17	1 205 893,64	1 275 155,19	69 261,55	5,74%
Total Proveitos e Ganhos	1 467 724,01	1 206 986,77	1 288 451,39	81 464,62	6,75%
Resultados Financeiros	1 020 292,08	828 377,31	966 426,57	138 049,26	16,67%

Nos Encargos Financeiros incluem-se todos os juros e custos de carácter financeiro suportados (excluindo as amortizações uma vez que estas não correspondem a custos numa óptica patrimonial, mas a variações nas massas patrimoniais do activo e do passivo), sejam de dívida bancária sejam de dívida comercial (juros de mora e juros relativos aos planos de pagamento de dívida municipal).

Os Fornecimentos e Serviços Externos agruparam-se de acordo com a sua natureza, mas tentando separar os relacionados com as “funções Cidade/Concelho” (custos não da estrutura interna mas da actividade virada para fora) dos relacionados com o funcionamento interno. Nos casos em que não se conseguiu fazer essa destrição, foram considerados como de estrutura, o que tem como consequência a sobrevalorização dos mesmos.

Os Outros Custos Operacionais agregam as amortizações e provisões do exercício, os custos da conta 65 “Outros Custos e Perdas Operacionais”, nomeadamente impostos e taxas e ainda o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

As Transferências e subsídios foram considerados individualmente enquanto um dos segmentos destes custos.

Quadro 8 – Resultados extraordinários

Resultados Extraordinários	2012	2013	2014	Variação	
				Valor	%
Transferências capital concedidas	1 249 519,32	1 450 595,24	1 051 544,87	-399 050,37	-27,51%
Perdas em imobilizações	0,00	0,00	12 920,89	12 920,89	
Multas e penalidades	17 524,58	-2 101,81	2 318,47	4 420,28	-210,31%
Correcções relativas ex. anteriores	0,00	-39 041,35	43 600,95	82 642,30	-211,68%
Out. cust/perdas extraordinários	7 537,70	17 023,09	7 487,44	-9 535,65	-56,02%
Total Custos e Perdas	1 274 581,60	1 426 475,17	1 117 872,62	-308 602,55	-21,63%
Ganhos em imobilizações	49 952,52	8 500,00	616 637,92	608 137,92	7154,56%
Benefícios penalidades contratuais	37 648,82	31 196,47	98 863,39	67 666,92	216,91%
Correcções relativas ex. anteriores	0,00	-449 730,57	2 460,00	452 190,57	-100,55%
Outros prov/ganhos extraordinários	33 652,19	739 234,35	731 168,44	-8 065,91	-1,09%
Outros	190 829,94	153 337,85	139 404,96	-13 932,89	-9,09%
Total Proveitos e Ganhos	312 083,47	482 538,10	1 588 534,71	1 105 996,61	229,20%
Resultados Extraordinários	-962 498,13	-943 937,07	470 662,09	1 414 599,16	149,86%

□ **Resultados Líquidos**

Os resultados obtidos a 31 de Dezembro de 2014, e o comparativo com os 2 exercícios anteriores, são explicitados no quadro infra:

Quadro 9 – Síntese da Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados	2012	2013	2014	Variação	
				Valor	%
Resultados Operacionais	2 835 288,61	1 252 625,86	1 372 775,96	120 150,10	9,59%
Resultados Financeiros	1 020 292,08	828 377,31	966 426,57	138 049,26	16,67%
Resultados Correntes	3 803 776,18	2 081 003,17	2 339 202,53	258 199,36	12,41%
Resultados Extraordinários	-962 798,13	-943 528,10	470 662,09	1 414 190,19	-149,88%
Resultados Líquidos	3 363 363,43	1 137 066,10	2 809 864,62	1 672 798,52	147,12%

Da conjugação dos proveitos gerados com os custos alcançados ao nível da actividade operacional, do exercício da função financeira ou de acontecimentos pontuais, reconhecidos quando obtidos ou incorridos independentemente do seu recebimento ou pagamento, resultou um resultado positivo de 2,8 milhões de euros em 2014.

4.2 Análise Orçamental

Quadro 10 – Fluxos de Caixa

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo gerência anterior	2 151 283,12	Despesas orçamentais	36 608 464,45
Execução orçamental	1 288 165,93	Correntes	22 550 968,29
Operações tesouraria	863 117,19	Capital	14 057 496,16
Receitas orçamentais	35 947 155,39	Operações tesouraria	2 140 424,92
Correntes	30 287 555,93	Saldo gerência seguinte	1 490 945,59
Capital	5 583 933,62	Execução orçamental	626 856,87
Outras	75 665,84	Operações tesouraria	864 088,72
Operações tesouraria	2 141 396,45		
Total	40 239 834,96	Total	40 239 834,96

O saldo orçamental positivo dos recebimentos correntes, mostra que a execução orçamental corrente para além de produzir meios suficientes para financiar as despesas correntes, cobriu ainda uma parcela das despesas de capital.

Do valor das cobranças realizadas pela CMP para terceiros – operações de tesouraria – provenientes da divergência entre os valores de recebimentos e pagamentos, verifica-se que o saldo no valor de 864 mil euros.

4.2.1 Evolução da Receita

No ano de 2014 cobraram-se 35,8 milhões de euros, dos quais 30,2 milhões dizem respeito a receita corrente e 5,5 milhões de euros a receita de capital.

Quadro 11 – Receita corrente e capital

Receitas	2013	2014			Taxa Execução	% evolução
		Dotação	Liquidada	Cobrada		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(4/2)	(4/1)-1
Receita Corrente	26 565 934,49	38 532 764,00	30 249 576,02	30 287 555,93	78,60%	14,01%
Receita Capital	11 487 611,68	21 544 883,81	5 023 160,65	5 583 933,62	25,92%	-51,39%
Total	38 053 546,17	60 077 647,81	35 272 736,67	35 871 489,55	59,71%	-5,73%

As receitas, corrente e de capital, comparativamente com os valores cobrados em 2013, registaram uma diminuição de 2,2 milhões de euros (-5,73%), motivado pela tendência negativa das receitas de capital, que diminuíram 5,9 milhões de euros, por força do novo cálculo de repartição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios.

A taxa global de execução das receitas situa-se nos 60,68%.

As receitas correntes e de capital apresentam comportamentos díspares em matéria de execução, tendo a receita corrente atingido os 78,6%, (motivada pelos bons desempenhos da receita fiscal e de actividades, como se poderá observar nos pontos seguintes); a receita de capital apresenta uma execução de 25,9%, resultado, no essencial, das transferências de capital.

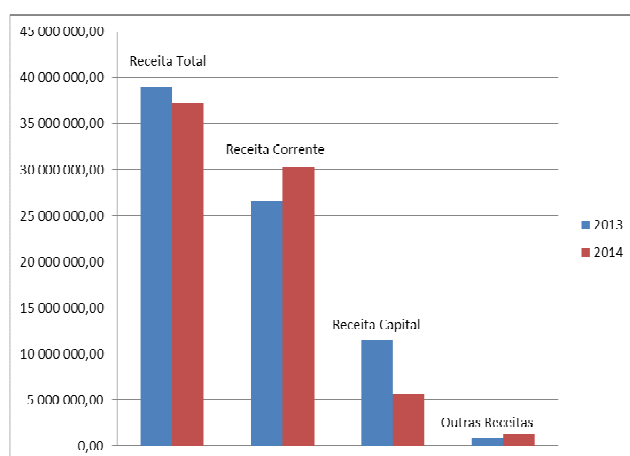
Quadro 12 – Outras Receitas

Outras Receitas	2013 (1)	2014			Taxa Execução (4/2)	% evolução (4/1)-1
		Dotação (2)	Liquidada (3)	Cobrada (4)		
Rep. N/ Abatidas Pag.	32 778,15	5 000,00	76 488,71	75 665,84	1513,32%	130,84%
Saldo de Gerência	851 139,06	1 288 165,93	1 288 165,93	1 288 165,93	100,00%	51,35%
Total Outras Receitas	883 917,21	1 293 165,93	1 364 654,64	1 363 831,77	105,46%	54,29%

A receita global de 2014 inclui ainda as reposições não abatidas aos pagamentos e o saldo de gerência transitado do ano anterior, no valor de 1,28 milhões de euros.

Quadro 13 – Receita total

	2013	2014
Receita Total	38 937 463,38	37 235 321,32
Receita Corrente	26 565 934,49	30 287 555,93
Receita Capital	11 487 611,68	5 583 933,62
Outras Receitas	883 917,21	1 363 831,77



Quadro 14 – Receita por grandes agregados

Rúbricas	2013 (1)	2014			Taxa Execução (4/2)	% evolução (4/1)-1
		Dotação (2)	Liquidada (3)	Cobrada (4)		
Receita Fiscal (01/02)	7 562 374,77	10 195 000,00	8 150 195,90	8 150 102,53	79,94%	7,77%
Receita de Actividade (04/07)	3 678 412,79	9 574 500,00	4 587 189,48	4 624 181,87	48,30%	25,71%
Receita Patrimonial (05/09)	9 593,13	3 395 000,00	629 934,12	328 796,20	9,68%	3327,41%
Transferências (06/10)	24 890 362,04	32 464 995,20	21 802 617,34	22 664 528,23	69,81%	-8,94%
Empréstimos (12)	1 736 013,55	1 836 013,55	0,00	0,00	0,00%	-100,00%
Outras (08/13)	176 789,89	2 502 139,06	102 799,83	103 880,72	4,15%	-41,24%
Rep. N/Abatidas Pag. (15)	32 778,15	5 000,00	76 488,71	75 665,84	1513,32%	130,84%
Total	38 086 324,32	59 972 647,81	35 349 185,38	35 947 155,39	59,94%	-5,62%

Segmentando a receita pelos grupos descritos no quadro supra, salienta-se a relevância fundamental das Transferências, 63% da receita total, da receita fiscal e de actividade, que juntas representam 35,5% da receita arrecadada (sem o saldo de gerência).

Quadro 15 – Receita fiscal

Rúbricas	2013	2014			Taxa Execução	% evolução
		Dotação	Liquidada	Cobrada		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(4/2)	(4/1)-1
Impostos Directos	7 504 013,20	10 000 000,00	8 108 080,70	8 108 080,70	81,08%	8,05%
IMI / Contrib. Autárquica	4 377 510,84	5 650 000,00	4 885 287,90	4 885 287,90	86,47%	11,60%
IMT / Sisa	1 084 282,02	1 700 000,00	1 241 646,67	1 241 646,67	73,04%	14,51%
Imp. Único Circulação	1 494 838,04	1 800 000,00	1 314 416,88	1 314 416,88	73,02%	-12,07%
Derrama	547 382,30	850 000,00	666 729,25	666 729,25	78,44%	21,80%
Impostos Indirectos	58 361,57	195 000,00	42 115,20	42 021,83	21,55%	-28,00%
Mercados e Feiras	0,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00%	
Loteamento e Obras	0,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00%	
Ocupação Via Pública	20 448,05	15 000,00	17 094,89	17 082,56	113,88%	-16,46%
Publicidade	26 372,25	75 000,00	14 502,58	14 421,54	19,23%	-45,32%
Outros	11 541,27	45 000,00	10 517,73	10 517,73	23,37%	-8,87%
Total	7 562 374,77	10 195 000,00	8 150 195,80	8 150 102,53	79,94%	7,77%

A receita associada à actividade, que respeita à cobrança de taxas, multas e outras penalidades e à venda de bens e serviços (exceptuando as receitas com rendas) resultou em 4,6 milhões de euros cobrados, aumentando 25%, cerca de 1 milhão de euros, em relação ao exercício de 2013.

Quadro 16 – Receita associada à actividade

Rúbricas	2013	2014				Taxa Execução	% evolução
		Dotação	Receitas por cobrar inicio ano	Liquidada	Cobrada		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(4/2)	(4/1)-1	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	892 651,48	4 156 000,00	864,02	788 873,54	788 575,35	18,97%	-11,66%
Mercados e Feiras	134 249,68	850 000,00	0,00	120 140,48	119 892,03	14,10%	-10,69%
Loteamento e Obras	625 671,33	1 750 000,00	24,30	450 230,10	450 200,29	25,73%	-28,05%
Ocupação da Via Pública	969,47	200 000,00	0,00	562,42	562,42	0,28%	-41,99%
Caça, uso e porte de arma	286,26	1 000,00	0,00	314,39	314,39	31,44%	9,83%
Outros	100 278,27	1 105 000,00	45,92	121 621,67	121 601,74	11,00%	21,26%
Multas e Outras Penalidades	31 196,47	250 000,00	793,80	96 004,48	96 004,48	38,40%	207,74%
Venda de Bens e Serviços Correntes	2 785 761,31	5 418 500,00	275 182,86	3 798 315,94	3 835 606,52	70,79%	37,69%
Venda de Bens	62,50	25 000,00	8 345,74	26 656,90	26 656,90	106,63%	42551,04 %
Serviços	1 433 661,98	2 913 500,00	258 385,41	2 353 295,49	2 390 210,09	82,04%	66,72%
Rendas	1 352 036,83	2 480 000,00	8 451,71	1 418 363,55	1 418 739,53	57,21%	4,93%
Total	3 678 412,79	9 574 500,00	276 046,88	4 587 189,48	4 624 181,87	48,30%	25,71%

Quadro 17 – Receitas Património Municipal

Rúbricas	2013	2014			Taxa Execução	% Evolução
		Dotação	Liquidada	Cobrada		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(4/2)	(4/1)-1
Rendimentos de Propriedade	1 093,13	60 000,00	13 296,20	13 296,20	22,16%	1116,34%
Venda de Bens de Investimento	8 500,00	3 335 000,00	616 637,92	315 500,00	9,46%	3611,76%
Activos Financeiros	0,00	110 000,00	0,00	0,00	---	---
Total	9 593,13	3 505 000,00	629 934,12	328 796,20	9,38%	3327,41%

Neste grupo consideram-se a alienação de Bens de Investimento e os proveitos da gestão e administração do património municipal em que se inserem os rendimentos de propriedade e as rendas.

□ Transferências Correntes e de Capital

As transferências recebidas em 2014 subdividem-se em transferências obrigatórias do Orçamento de Estado e transferências provenientes de fundos comunitários, da administração central e outras.

Quadro 18 – Transferências correntes e capital

Rúbricas	2013	2014			Taxa Execução	% Evolução
		Dotação	Liquidada	Cobrada		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(4/2)	(4/1)-1
Transferências Obrigatórias	14 518 127,00	14 243 277,00	14 403 226,88	14 403 226,88	101,12%	-0,79%
Fundos Comunitários	6 072 849,77	7 046 518,20	3 093 934,73	3 093 934,73	43,91%	-49,05%
Administração Central	3 028 446,91	3 100 000,00	4 158 880,73	4 158 880,73	134,16%	37,33%
Outras	1 270 938,36	2 000 000,00	146 575,00	1 008 485,89	50,42%	-20,65%
Total	24 890 362,04	26 389 795,20	21 802 617,34	22 664 528,23	85,88%	-8,94%

As transferências provenientes de Fundos Comunitários atingiram os 3 milhões de euros, representando uma taxa de execução de 43,9 %.

As transferências recebidas da Administração Central registaram uma execução 34% acima do previsto, totalizando 4,15 milhões de euros, uma evolução positiva de 37% face a 2013.

□ Receita Estrutural

Quadro 19 – Receita estrutural

Designação	2013	2014			Taxa Execução	% Evolução
		Dotação	Liquidada	Cobrada		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(4/2)	(4/1)-1
Receita Tributária	7 562 374,77	10 195 000,00	8 150 195,80	8 150 102,53	79,94%	7,77%
Receita de Actividade	3 678 412,79	9 574 500,00	4 587 189,48	4 624 181,87	48,30%	25,71%
Transferências Obrigatórias	14 518 127,00	14 243 277,00	14 403 226,88	14 403 226,88	101,12%	-0,79%
TOTAL	25 758 914,56	34 012 777,00	27 140 612,16	27 177 511,28	79,90%	5,51%

As receitas estruturais procedem dos recursos regulares e estáveis que o Município é capaz de gerar nos diferentes anos económicos.

A receita estrutural, a 31 de Dezembro de 2014, totalizou 27,17 milhões de euros, apresentando uma execução de 79,9% em relação à dotação definida.

□ **Receita liquidada e não cobrada**

Quadro 20 – Receita liquidada e não cobrada

Rúbricas	Liquidações anuladas	Receita cobrada Líquida	Receitas por cobrar final do ano
Impostos Diretos	0,00	8 108 080,70	0,00
Impostos Indiretos	0,00	42 021,83	17 082,00
Taxas, Multas e Outras Penalidades	4,88	788 575,35	1 157,33
Rendimentos de Propriedade	0,00	13 296,20	0,00
Transferências Correntes	0,00	17 396 094,61	0,00
Venda de Bens e Serviços Correntes	7 009,45	3 835 606,52	230 882,83
Outras Receitas Correntes	400,00	103 880,72	22 260,65
Venda de Bens de Investimento	0,00	315 500,00	301 137,92
Transferências de Capital	0,00	5 268 433,62	0,00
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
Rep. Não Abatidas Pagamentos	0,00	75 665,84	822,87
Saldo Gerência Anterior	0,00	1 288 165,93	0,00
TOTAL	7 414,33	37 235 321,32	573 343,60

4.2.2. Evolução da Despesa

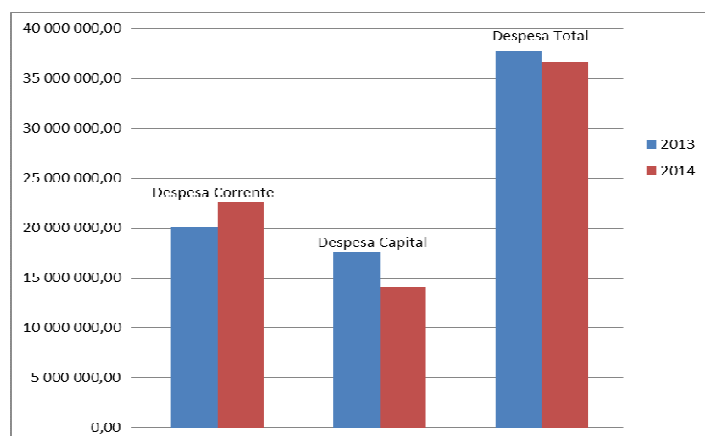
A despesa total ascendeu a 36,6 milhões de euros, repartidos em 22,5 milhões de euros de despesa corrente e 14 milhões de euros de despesa de capital, com taxas de execução na ordem dos 75,8% e 44,5%, respetivamente.

Quadro 21 – Despesa corrente e de capital

Despesa	2013	2014				% Evolução
		Dotação	Compromisso	Execução	Taxa Execução	
Corrente	20 129 149,24	29 752 921,06	26 692 295,40	22 550 968,29	75,79%	12,03%
Capital	17 520 148,21	31 617 892,68	26 316 032,70	14 057 496,16	44,46%	-19,76%
Total	37 649 297,45	61 370 813,74	53 008 328,10	36 608 464,45	59,65%	-2,76%

Na leitura da execução orçamental de 2014 deve ter-se presente que a despesa corrente é, por regra, mais rígida do que a de capital, já que engloba as despesas fixas com pessoal e instalação e funcionamento dos serviços.

Em relação a 2013, a despesa apresenta uma diminuição de cerca de 2,76%, fundada na componente de investimento, com um decréscimo de 19,76%. A despesa corrente registou uma evolução de 12%.



□ **Despesa Corrente**

Quadro 22 – Despesa corrente

Rúbricas	2013	2014				% Evolução
		Dotação	Compromisso	Execução	%	
Pessoal	10 080 080,17	11 966 165,93	11 328 931,15	11 104 610,02	92,80%	10,16%
Aquisição Bens Serv. Correntes	7 357 933,02	13 474 592,47	11 861 809,02	8 298 689,73	61,59%	12,79%
Enc. Correntes Dívida (Juros)	326 590,89	442 662,31	267 001,58	267 001,58	60,32%	-18,25%
Transferências Correntes	1 765 059,15	3 227 100,00	2 686 153,37	2 399 965,04	74,37%	35,97%
Subsídios	233 598,96	6 000,00	0,00	0,00	0,00%	-100,00%
Outras Despesas Correntes	365 887,05	636 400,35	548 400,28	480 701,92	75,53%	31,38%
Total	20 129 149,24	29 752 921,06	26 692 295,40	22 550 968,29	75,79%	12,03%

A despesa corrente registou um aumento de 12,03%, face a 2013. Para este resultado contribuíram, sobretudo, as transferências correntes, 35,97% e a aquisição de bens e serviços, 12,79%.

□ **Despesa de Capital**

Quadro 23 – Despesa de capital

Rúbricas	2013	2014				% Evolução
		Dotação	Compromisso	Execução	%	
Aquisição Bens Investimento	14 593 121,67	28 903 605,64	23 737 895,67	11 479 359,13	39,72%	-21,34%
Transferências de Capital	1 516 808,93	1 279 392,17	1 172 473,68	1 172 473,68	91,64%	-22,70%
Activos Financeiros	109 915,00	134 650,00	108 666,00	108 666,00	80,70%	-1,14%
Passivos Financeiros	1 300 302,61	1 300 244,87	1 296 997,35	1 296 997,35	99,75%	-0,25%
Total	17 520 148,21	31 617 892,68	26 316 032,70	14 057 496,16	44,46%	-19,76%

No período em análise, as despesas de capital registaram uma diminuição na ordem dos 19,76% e atingiram, em 2014, os 14 milhões de euros.

□ **Despesa por grandes agregados**

Quadro 24 – Despesa por grandes agregados

Rúbricas	2013	2014				% Evolução
		Dotação	Compromisso	Execução	%	
Custos com Pessoal	10 080 080,17	11 966 165,93	11 328 931,15	11 104 610,02	92,80%	10,16%
Encargos Financeiros	1 626 893,50	1 742 907,18	1 563 998,93	1 563 998,93	89,74%	-3,87%
Aquisição Bens e Serviços	7 357 933,02	13 474 592,47	11 861 809,02	8 298 689,73	61,59%	12,79%
Transferências e Subsídios	3 515 467,04	4 512 492,17	3 858 627,05	3 572 438,72	79,17%	1,62%
Investimentos	14 577 472,92	28 903 605,64	23 737 895,67	11 479 359,13	39,72%	-21,25%
Outras	475 802,05	771 050,35	657 066,28	589 367,92	76,44%	23,87%
Total	37 633 648,70	61 370 813,74	53 008 328,10	36 608 464,45	59,65%	-2,72%

Quadro 25 – Pessoal

Rúbricas	2013	2014				% Evolução
		Dotação	Compromisso	Execução	%	
Membros Órgão Autárquicos	293 858,90	280 000,00	245 244,23	245 244,23	87,59%	-16,54%
Pessoal do Quadro	5 278 096,56	5 044 000,00	5 031 564,45	5 031 564,45	99,75%	-4,67%
Contrato Contratado a Termo	534 234,53	656 000,00	576 801,07	576 801,07	87,93%	7,97%

Pessoal em Qualquer Outra Situação	119 593,06	986 665,93	985 950,78	985 950,78	99,93%	724,42%
Representação / Suplementos e Premios	53 658,31	61 000,00	53 818,80	53 818,80	88,23%	0,30%
Sub. Refeição + Sub. Férias e Natal	1 522 577,00	1 827 500,00	1 676 640,10	1 676 640,10	91,75%	10,12%
Remunerações por Doença e Maternidade / Paternidade	25 108,76	78 000,00	26 096,66	26 096,66	33,46%	3,93%
TOTAL DAS REMUNERAÇÕES CERTAS	7 827 127,12	8 933 165,93	8 596 116,09	8 596 116,09	96,23%	9,82%
Horas Extraordinárias	65 408,19	115 000,00	75 575,37	75 575,37	65,72%	15,54%
Ajudas de Custo	8 378,93	13 500,00	8 789,40	8 789,40	65,11%	4,90%
Subsidio de Turno	104 046,51	109 000,00	99 111,58	99 111,58	90,93%	-4,74%
Outros Abonos	63 530,74	241 000,00	185 978,31	185 978,31	77,17%	192,74%
TOTAL ABONOS VAR. OU EVENTUAIS	241 364,37	478 500,00	369 454,66	369 454,66	77,21%	53,07%
Encargos com Saúde	360 254,19	464 500,00	421 146,68	271 043,00	58,35%	-24,76%
Subsidio Familiar Crianças e Jovens / Outras	50 318,51	63 000,00	50 829,93	50 829,93	80,68%	1,02%
Contribuições Seg. Social	1 549 292,42	2 002 000,00	1 891 383,79	1 817 166,34	90,77%	17,29%
Outras Despesas	628,83	0,00	0,00	0,00	0,00%	-100,00%
Seguros	51 094,73	25 000,00	0,00	0,00	0,00%	-100,00%
TOTAL SEGURANÇA SOCIAL	2 011 588,68	2 554 500,00	2 363 360,40	2 139 039,27	83,74%	6,34%
TOTAL	10 080 080,17	11 966 165,93	11 328 931,15	11 104 610,02	92,80%	10,16%

□ **Aquisição de Bens e Serviços Correntes**

Quadro 26 – Bens e Serviços

Rúbricas	2013	2014				% Evolução
		Dotação	Compromisso	Execução	%	
Aquisição de Bens	1 717 281,45	4 164 499,00	3 838 795,47	1 943 603,72	46,67%	13,18%
Aquisição de Serviços	5 640 651,57	9 310 093,47	8 023 013,55	6 355 086,01	68,26%	12,67%
TOTAL	7 357 933,02	13 474 592,47	11 861 809,02	8 298 689,73	61,59%	12,79%

□ **Transferências e Subsídios**

Quadro 27 – Transferências

Rúbricas correntes e de capital	2013	2014				% Evolução
		Dotação	Compromisso	Execução	%	
Administração Central	236 217,01	300 000,00	190 292,69	190 292,69	63,43%	-19,44%
Administração Local	78 689,64	1 041 100,00	929 369,64	671 785,28	64,53%	753,72%
Instituições sem Fins Lucrativos	1 292 446,41	1 580 000,00	1 327 992,37	1 299 388,40	82,24%	0,54%
Famílias	157 706,09	306 000,00	238 498,67	238 498,67	77,94%	51,23%
Total das Transferências Correntes	1 765 059,15	3 227 100,00	2 686 153,37	2 399 965,04	74,37%	35,97%
Administração Local	1 450 595,24	1 054 392,17	1 051 544,87	1 051 544,87	99,73%	-27,51%
Instituições Sem Fins Lucrativos	66 213,69	225 000,00	120 928,81	120 928,81	53,75%	82,63%
Total Transferências de Capital	1 516 808,93	1 279 392,17	1 172 473,68	1 172 473,68	91,64%	-22,70%
TOTAL	3 281 868,08	4 506 492,17	3 858 627,05	3 572 438,72	79,27%	8,85%

□ **Despesas de Investimento**

Quadro 28 – Despesas de Investimento

Rúbricas	2013	2014				% Evolução
		Dotação	Compromisso	Execução	%	
Terrenos	296 722,00	674 880,00	345 348,74	197 668,74	29,29%	-33,38%
Habitacões	143 952,25	0,00	0,00	0,00	0,00%	-100,00%
Edifícios	4 430 151,09	9 408 533,04	7 868 986,90	5 017 663,76	53,33%	13,26%
Construções Diversas	5 884 762,92	15 084 500,00	12 757 198,76	4 881 512,85	32,36%	-17,05%
Material Transporte	4 920,00	410 000,00	209 303,55	96 426,75	23,52%	1859,89%
Equipamento Administrativo	268 875,38	245 000,00	208 802,53	126 867,94	51,78%	-52,82%
Equipamento Básico	139 872,95	222 350,00	189 676,90	114 479,42	51,49%	-18,15%
Outros Investimentos	3 408 216,33	2 761 652,33	2 158 578,29	1 044 739,67	37,83%	-69,35%
TOTAL	14 577 472,92	28 806 915,37	23 737 895,67	11 479 359,13	39,85%	-21,25%

□ **Serviço da Dívida e Outros Encargos Financeiros**

No fim do exercício de 2014, esta despesa registou o valor de 1,56 milhões de euros, uma diminuição de 3,87% em relação ao exercício anterior.

Quadro 29 – Operações Financeiras

Rúbricas	2013	2014				% Evolução
		Dotação	Compromisso	Execução	%	
Juros	326 590,89	442 662,31	267 001,58	267 001,58	60,32%	-18,25%
Empréstimos Bancários MLP	131 789,62	143 662,31	139 973,55	139 973,55	97,43%	6,21%
Outros Juros	194 801,27	299 000,00	127 028,03	127 028,03	42,48%	-34,79%
Amortizações de Empréstimos MLP	1 300 302,61	1 300 244,87	1 296 997,35	1 296 997,35	99,75%	-0,25%
TOTAL	1 626 893,50	1 742 907,18	1 563 998,93	1 563 998,93	89,74%	-3,87%

□ **Despesa estrutural**

As despesas estruturais correspondem ao conjunto dos gastos certos e regulares e/ou destinados ao cumprimento de obrigações legais, nomeadamente custos com pessoal, encargos associados ao regular funcionamento dos serviços e encargos da dívida, que o Município tem que suportar.

Quadro 30 – Despesa estrutural

Rúbricas	2013	2014				% Evolução
		Dotação	Compromisso	Execução	%	
Custos com Pessoal	10 080 080,17	11 966 165,93	11 328 931,15	11 104 610,02	92,80%	10,16%
Encargos Financeiros	1 626 893,50	1 742 907,18	1 563 998,93	1 563 998,93	89,74%	-3,87%
Func. Serviços	7 357 933,02	13 474 592,47	11 861 809,02	8 298 689,73	61,59%	12,79%
Transferências	3 281 868,08	4 506 492,17	3 858 627,05	3 572 438,72	79,27%	8,85%
Total	22 346 774,77	31 690 157,75	28 613 366,15	24 539 737,40	77,44%	9,81%

4.2.3 Plano Plurianual de Investimentos

No PPI devem ser discriminados os projectos e acções que impliquem despesas orçamentais a realizar por investimentos, o que não restringe à consideração das despesas classificadas como aquisição de bens de investimento.

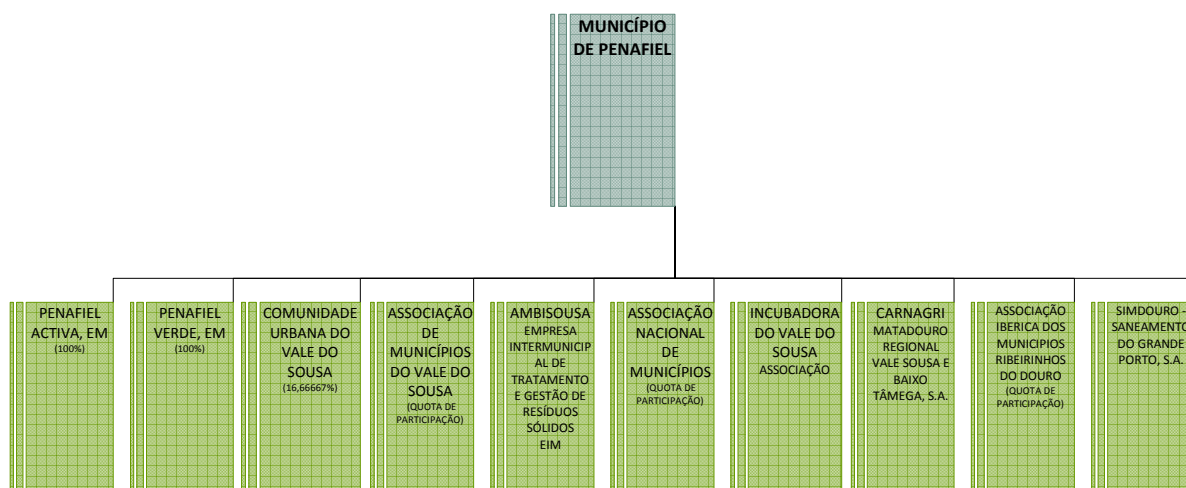
A apoiar esta ilação, de notar que o POCAL determina a identificação das diferentes formas de realização dos projectos e acções a incluir no PPI.

Resulta claro que no PPI devem discriminar-se as diferentes naturezas das despesas, correntes ou de capital, pelas quais se hão-de cabimentar, comprometer, liquidar e pagar os encargos decorrentes da execução dos vários projectos.

Quadro 31 – Execução do PPI

Objectivos e Funções	Montante previsto	Montante executado	% Execução
FUNÇÕES GERAIS	3696969,32	1311169,38	35,47
ADMINISTRAÇÃO GERAL	3686969,32	1311169,38	35,56
PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	10000	0	0
FUNÇÕES SOCIAIS	13807316,05	5928651,04	42,94
EDUCAÇÃO - ENSINO NÃO SUPERIOR	6670563,72	3980444,35	59,67
SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS - ACÇÃO SOCIAL	225000	120928,81	53,75
HABI.E SERV.COLEC.-ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	1419902,33	475840,31	33,51
HABI.E SERV.COLEC.-SANEAMENTO	889000	256190,34	28,82
HABI.E SERV.COLEC.-RESÍDUOS SÓLIDOS	1645000	630948,47	38,36
HABI.E SERV.COLEC.-PROT.MEIO AMBIEN.E CONSER.NATU.	1689350	168294,61	9,96
SERV.CULT.REC.RELIG.-CULTURA	196500	115189,96	58,62
SERV.CULT.REC.RELIG.-DESPORTO, RECREIO E LAZER	1072000	180814,19	16,87
FUNÇÕES ECONÓMICAS	11758970,27	4469133,52	38,01
INDÚSTRIA E ENERGIA	1057130	550425,32	52,07
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES-TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	10035500	3644542,29	36,32
COMÉRCIO E TURISMO - TURISMO	435000	165499,91	38,05
OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS - PARTICIPAÇÕES EMPRESAS	134650	108666	80,7
OUTRAS FUNÇÕES	1054392,17	1051544,87	99,73
TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	925000	922152,7	99,69
DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	129392,17	129392,17	100

5. Participações e o Sector Empresarial Local



Quadro 32 – Partes de Capital

N.º	Nome	Sede	Natureza	Participação em 31/12/2013		Participação em 31/12/2014	
				%	Valor	%	Valor
1	PENAFIEL VERDE EM	Penafiel	EM	100	6.000.000,00	100	6.000.000,00
2	PENAFIEL ACTIVA EM	Penafiel	EM	100	50.000,00	100	50.000,00
3	TUREL - TURISMO CULTURAL E RELIGIOSO	Braga	CRL		5.000,00		5.000,00
4	CARNAGRI - MATADOURO REGIONAL VALE SOUSA E BAIXO TÂMEGA, S.A.	Penafiel	SA	2,13	139.852,95	2,13	139.852,95
5	AMBISOUSA-EMPRESA INTERMUNICIPAL DE TRATAMENTO E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, EIM	Lousada	EIM	1,666	25.000,00	1,666	25.000,00
6	SIMDOURO - SANEAMENTO DO GRANDE PORTO, S.A.	V.N.Gaia	S.A.	2,70	512.279,00	2,70	620.945,00
7	DOLMEN - COOPERATIVA DE FORMAÇÃO EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO BAIXO TÂMEGA	Marco de Canaveses	CRL		1.250,00		1.250,00
8	INCUBADORA DO VALE DO SOUSA, ASSOCIAÇÃO	Penafiel	ASS		0,00		100.000,00

6. Endividamento Municipal

6.1 Novo Conceito

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, adiante designado RFAEI) veio, no seu art.º 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne o endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais, regendo-se pelos seguintes normativos:

- Artigo 52.º - Definição do limite da dívida total que não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;
- O n.º 2 do art.º 52.º do RFAEI - A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

No artigo 54.º do RFAEI - Definem-se as entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total. As entidades que relevam são:

- Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;
- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs. 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;
- As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total. A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, bem como para aferir dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (art.º 61.º).

A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE2014), estipula no n.º 2 do art.º 97.º que "Em 2014, para efeitos da aplicação do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total a considerar é a existente em 31 de dezembro de 2013".

6.2 Limite da dívida total 2014

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) o limite da dívida total para cada município em 2014, é apurado do seguinte modo:

1 - "A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores".

Os dados utilizados foram retirados da aplicação informática SIAL, de acordo com a informação reportada pelos municípios, à data de 30 de julho de 2014.

Para efeitos de apuramento da receita corrente líquida cobrada do ano dos Municípios é somada a receita corrente líquida cobrada pelos respetivos Serviços Municipalizados, já que os mesmos são um serviço do Município. Por forma a não se verificar uma duplicação da receita considerada, são expurgadas do apuramento a receita corrente líquida cobrada pelo Serviço Municipalizado ao Município e a receita corrente líquida cobrada pelo Município ao Serviço Municipalizado, em cada um dos anos.

De notar que o limite apresentado é o global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo que para os Municípios cujo valor da dívida total a 31 de dezembro de 2013 seja inferior ao valor aqui apurado a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro:

b) "(...) só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios".

Quadro 33 – Limite da dívida

Município	Receita Corrente líquida 2011 a)	Receita Corrente líquida 2012 a)	Receita Corrente líquida 2013 a)	Média (2011,2012,2013)	Limite (2014) = 1,5 * Média (2011,2012,2013)
Penafiel	25.951.804	26.114.445	26.565.934	26.210.728	39.316.092

6.3 Prazo médio de pagamentos

A fórmula de cálculo do PMP consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de Abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C.

Os dados utilizados foram retirados da aplicação informática SIAL em 29 de setembro de 2014, de acordo com a informação reportada pelos municípios.

Quadro 34 – Prazo médio de pagamentos (PMP)

Município	PMP (n.º dias) a 31-12-2012	PMP (n.º dias) a 31-12-2013	PMP (n.º dias) a 31-03-2014	PMP (n.º dias) a 30-06-2014
Penafiel	222	136	135	129

7. Proposta de Aplicação dos Resultados

Nos termos do ponto 2.7.3. do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, quando se verificar um saldo positivo na conta 59 “ Resultados Transitados”, o seu montante poderá ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do Património;
- b) Substituição do reforço de Reservas.

Refere ainda que deve substituir-se o reforço anual da conta 57.1 “Reservas Legais”, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Em 2014 o Resultado Líquido do Exercício (RLE) ascendeu a 2.809.864,62 euros. Para reservas legais serão transferidos, nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL, 5% do valor de RLE, no total de 140.493,23 euros. Para património serão transferidos 2.669.371,39 euros.

Quadro 5 – Aplicação de resultados

Reservas Legais	140.493,23
Património	2.669.371,39
	2.809.864,62

8. Indicadores e Rácios

Apresentam-se infra uma série de indicadores relativos ao cumprimento de equilíbrios legalmente exigidos, aos meios humanos e financeiros do Município e a medidas de eficácia e de eficiência da actuação municipal, que visam, de um modo quantitativo e sintético, demarcar o exercício de 2013 e a evolução recente dos diversos vectores abordados.

8.1 Equilíbrios Legais

Os indicadores legais apresentados bebem na legislação vigente designadamente na Lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, na Lei do Enquadramento Orçamental, no Decreto-Lei n.º 50-A/2007, de 6 de Março e na Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com as alterações da Lei n.º 44/85, de 13 de Setembro.

	2013	2014
Receitas correntes	26 565 934,49	30 287 555,93
Despesas correntes	20 129 149,24	22 550 968,29
	131,98%	134,31%

	2013	2014
Despesa pessoal	10 080 080,17	11 104 610,02
Receitas correntes ano anterior	26 114 445,00	25 656 934,49
	38,60%	43,28%

A execução orçamental dos últimos anos respeita a **regra do equilíbrio orçamental**, aqui centrada na relação receita corrente e despesa corrente, gerando saldos correntes positivos.

8.2 Meios Financeiros

A **cobertura da despesa total pelas transferências obrigatórias do orçamento de Estado** retrata as alterações introduzidas pela nova Lei de Finanças de Locais, que reformulou os critérios de distribuição dos fundos de *perequação* financeira e aventou uma participação dos municípios na cobrança do Imposto sobre o Rendimento – IRS.

	2013	2014
Impostos Directos	7 504 013,20	8 108 080,70
População Penafiel	72266	72266
	103,84	112,20
Aquisição Bens e Serviços	7 357 933,02	8 298 689,73
População Penafiel	72266	72266
	101,82	114,84
Investimento	14 593 121,67	11 479 359,13
População Penafiel	72266	72266
	201,94	158,85
Receita Total	38 053 546,17	35 871 489,55
Receita Total ano anterior	40 303 967,54	38 053 546,17
	-5,58%	-5,73%
Despesa Total	37 649 297,45	36 608 464,45
Despesa Total ano anterior	40 135 359,80	37 649 297,45
	-6,19%	-2,76%
FEF+FSM+IRS	14 518 127,00	14 403 226,88
Despesa Total	37 649 297,45	36 08 464,45
	38,56%	39,34%

8.3 Indicadores de Eficácia

	2013	2014
Receita Total Cobrada	38 053 546,17	35 871 489,55
Receita Final Orçada	62 713 620,16	60 077 647,81
	60,68%	59,71%
Investimento	14 593 121,67	11 479 359,13
Investimento Final Previsto	29 493 389,26	28 903 605,64
	49,48%	39,72%
Investimento	14 593 121,67	11 479 359,13
Despesas Pessoal	10 080 080,17	11 104 610,02
	144,77%	103,37%

(1) A Receita Total deste indicador corresponde ao somatório da Receita Corrente e Receita de Capital sem RNAP

8.4 Rácios Financeiros

Liquidez Geral		2013	2014
Activo Circulante	3 318 419,40	21,30%	2 047 317,80
Passivo Circulante	15 576 470,68		14 977 012,77
			13,67%
Solvabilidade		2013	2014
Fundos Proprios	164 014 098,44	272,38%	167 065 509,93
Fundos alheios	60 214 601,11		61 057 619,41
			273,62%
Estrutura de Financiamento		2013	2014
Fundos propios	164 014 098,44	73,15%	167 065 509,93
Activo Liquido	224 228 699,55		228 123 129,34
			73,23%
Imobilizado financiado por empréstimos		2013	2014
Empréstimos MLP	14 122 990,94	6,71%	12 800 838,26
Imobilizado liquido	210 496 088,44		215 474 758,23
			5,94%
Reforço do Património		2013	2014
Património	157 015 092,37	70,02%	158 277 349,49
Activo Liquido	224 228 699,55		228 123 129,34
			69,38%
Equilíbrio Operacional da Autarquia		2013	2014
Proveitos Operacionais	28 220 735,94	104,39%	30 071 985,12
Custos Operacionais	27 032 771,70		28 699 209,16
			104,78%

Ao traçarem um quadro síntese da rentabilidade, solvabilidade, liquidez e financiamento, os rácios financeiros são muito úteis à quantificação e análise da situação e evolução das Contas municipais.

O estudo da grandeza e evolução dos activos mais relevantes, aplicações financeiras, recursos usados e principais fontes de financiamento, faculta elementos para a subsequente tomada de decisões de natureza económico-financeira.

O acréscimo de proveitos operacionais superior à diminuição de custos levou a uma variação positiva no **equilíbrio operacional da CMP**, o que se traduziu num Resultado Líquido positivo. O valor acima dos 100% deste rácio caracteriza um incremento da área operacional da Autarquia como fonte de proveitos.

ANEXOS

Anexo I – Certificação Legal de Contas

Anexo II – Amortizações 2014

Anexo III – Activo Bruto 2014

Anexo IV – Mapa Síntese dos Bens Inventariados